



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 015/89

Barueri, 04 de abril de 1989

Senhor Presidente,

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrêgia Câmara, o anexo projeto de lei que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 651, de 20 de fevereiro de 1989.

Como se recorda, a Lei nº 651, de 20 de fevereiro de 1989, instituiu, no âmbito do Município de Barueri, o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos, referido no artigo 156, III, da Constituição Federal.

Não obstante expressamente prevista, no texto constitucional mencionado, a tributação do combustível gasoso, o Município de Barueri, com o objetivo de se evitar o aumento do preço do gás de cozinha, houve por bem excluí-lo da abrangência do imposto em questão, tanto é que eliminou a expressão "gasosos", constante do dispositivo da Carta Magna.

Sucedendo, todavia, que, com a entrada em vigência da Lei nº 651/89, considerando que o gás de cozinha, enquanto no botijão é líquido, surgiram dúvidas sobre a exclusão do combustível em questão da incidência do tributo.

Assim é que os revendedores, não se sabe se inadvertidamente, vem cobrando do consumidor o preço do botijão de gás acrescido do valor do imposto em questão, o que contraria, manifestamente, a intenção do legislador municipal.

Desta forma, para que sejam eliminadas todas e quaisquer dúvidas quanto à não incidência do Imposto Sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos sobre o gás de cozinha, torna-se indispensável excluí-lo, expressamente, a exemplo do que ocorre com o óleo diesel.

É este, precisamente, o objetivo da presente propositura, dando nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 651, de 20 de fevereiro de 1989.



Prefeitura Municipal de Barueri 206 03

ESTADO DE SÃO PAULO

A relevância do projeto de lei ora submetido à douda deliberação desse Legislativo é evidente, porquanto beneficiará a absoluta maioria dos munícipes, usuários compradores do gás liquefeito de petróleo.

A medida é de caráter urgente, razão pela qual, solicito se dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 26, § 1º, da Lei Orgânica dos Municípios, a fim de que o anexo projeto tenha tramitação no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa., e seus Nobres Pares os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Carlos Alberto Bel Correia
CARLOS ALBERTO BEL CORREIA
- Prefeito Municipal -

454
01 132
02 04 89
[Signature]
EXMO. SR.
CLARINDO APARECIDO DA SILVA FILHO
DD. Presidente da Câmara Municipal
BARUERI - SP